



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0001723-20.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Bruno Antunes Lopes**
 Requerido: **VIVO S.A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter visto em site da ré a oferta de aparelho determinado que seria entregue gratuitamente se celebrado plano que especificou.

Alegou ainda que tentou fazer tal compra, sem sucesso, não tendo conseguido resolver tal pendência.

Visa à condenação da ré ao cumprimento de obrigação de fazer cristalizada na aludida propaganda.

A ré em contestação admitiu o anúncio referido pelo autor, com a única ressalva de que a transação estaria condicionada à existência do aparelho em estoque.

Como isso não sucedeu quando o autor tentou a contratação, não teria qualquer obrigação a propósito.

A fim de dirimir a questão suscitada pela ré, foi determinado a fl. 27 que ela deveria comprovar documentalmente que constou expressamente da promoção em apreço a condição que mencionou.

Foi feita também a advertência de que a mesma se reputaria inexistente na hipótese de silêncio.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Como isso teve vez (fl. 31), aquela conclusão impõe-se.

O quadro delineado conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

A ré estava vinculada à propaganda que apresentou, inexistindo aspectos que a eximissem de tal responsabilidade.

Haverá, portanto, de cumpri-la na forma que a veiculou.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a entregar ao autor no prazo máximo de dez dias o produto indicado a fl. 01 pelo plano lá detalhado (Smartphone Ilimitado 4G 200 + ligações locais + SMS/MMS + DDD/Roaming), sob pena de multa diária de R\$ 100,00, até o limite de 2.500,00.

Ressalvo desde já que em caso de descumprimento da obrigação, sendo o limite da multa atingido, esta se transformará em indenização por perdas e danos sofridos pelo autor, prosseguindo o feito como execução por quantia certa.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 16 de maio de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**